

RTN
2021

Agosto

Publicado em
28/09/2021

Ministério da Economia
Secretaria Especial do
Tesouro e Orçamento
Secretaria do Tesouro Nacional

Resultado do Tesouro Nacional

Sumário Executivo

Sumário Executivo

O resultado primário do Governo Central foi um déficit de R\$ 9,9 bilhões em agosto de 2021, frente ao déficit primário de R\$ 96,1 bilhões observado em agosto de 2020 (em termos nominais). O resultado foi melhor que a mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Economia, que indicava um déficit de R\$ 24,9 bilhões.

O Tesouro Nacional e o Banco Central foram superavitários em R\$ 5,9 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 15,8 bilhões. Em comparação a agosto de 2020, a melhora no resultado primário observado no mês decorre da combinação de um aumento real de 5,2% (+R\$ 5,8 bilhões) da receita líquida e de um decréscimo real de 41,2% (-R\$ 89,6 bilhões) das despesas totais.

O aumento real da receita líquida no mês é derivado do crescimento nas receitas administradas (+R\$ 15,1 bilhões) e nas receitas não administradas (+R\$ 8,1 bilhões), parcialmente compensado pela redução na arrecadação líquida para o RGPS (-R\$ 5,8 bilhões) e pelo crescimento nas transferências por repartição de receita (+R\$ 11,6 bilhões). Os principais destaques do mês são: a) arrecadação extraordinária de IRPJ/CSLL (+R\$ 5,0 bilhões); b) aumento na arrecadação referente à estimativa mensal, ao balanço trimestral e à declaração de ajuste anual (IRPJ/CSLL); c) ganhos de IOF (+R\$ 3,5 bilhões) pela restauração da tributação das operações de crédito, em vigor desde janeiro de 2021; d) efeito líquido negativo na comparação entre os diferimentos de tributos de agosto de 2020 e agosto de 2021; e e) volume expressivo de dividendos no montante de R\$ 7,2 bilhões.

A diminuição nas despesas primárias em agosto de 2021, por sua vez, foi influenciada principalmente pelas reduções nas despesas em resposta aos efeitos socioeconômicos da crise provocada pela Covid-19. Créditos extraordinários, apoio financeiro a Estados e Municípios e os subsídios destinados ao Programa Emergencial de Suporte a Empregos – PESE apresentaram redução de R\$ 56,2 bilhões, R\$ 16,7 bilhões e R\$ 14,4 bilhões, respectivamente, quando comparados a agosto de 2020.

Com o número de agosto, o resultado acumulado no ano totaliza um déficit primário de R\$ 83,3 bilhões, ante déficit de R\$ 601,3 bilhões no mesmo período de 2020 (em termos nominais). Esse resultado é composto por um superávit de R\$ 127,1 bilhões do Tesouro Nacional e do Banco Central e por um déficit de R\$ 210,4 bilhões na Previdência Social (RGPS). Em termos reais, no acumulado até agosto, a receita líquida registrou aumento de 28,4% (+R\$ 224,6 bilhões), enquanto a despesa total diminuiu 24,4% (-R\$ 354,6 bilhões). Quanto à receita, destacam-se os aumentos nas receitas administradas (+R\$ 179,6 bilhões), nas receitas não administradas pela Receita Federal (+R\$ 59,4 bilhões) e na arrecadação líquida para o RGPS (+R\$ 31,8 bilhões), parcialmente compensados pelo aumento nas transferências por repartição de receita (+R\$ 46,2 bilhões).

Do lado da despesa, nos primeiros oito meses de 2021 destacam-se as reduções em: a) créditos extraordinários (-R\$ 239,2 bilhões), apoio financeiro a Estados e Municípios (-R\$ 60,7 bilhões) e Subsídios e Subvenções (-R\$ 20,8 bilhões), todos associados ao enfrentamento das consequências econômicas e sociais decorrentes do estado de emergência causado pela

pandemia do coronavírus (Covid-19); e b) abono salarial e seguro-desemprego (-R\$ 12,5 bilhões), resultante dos impactos causados pela pandemia de Covid-19 sobre a economia, em particular sobre o nível de emprego (impacto mais expressivo em 2020), bem como da antecipação do pagamento do abono salarial em 2020, sem contrapartida em 2021, e da postergação dos pagamentos de abono salarial do 2º semestre de 2021 para o ano de 2022.

O resultado de agosto corrobora a tendência de melhora consistente nos indicadores fiscais. O último Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, relativo ao 4º bimestre e publicado na semana passada, trouxe uma projeção de déficit primário para 2021 de R\$ 139,4 bilhões, o que equivale a 1,6% do PIB, portanto bem inferior à previsão da edição extemporânea de abril, de um déficit da ordem de 3,5% do PIB. Foi a quarta melhora consecutiva da projeção para o déficit nos relatórios bimestrais.

Esta melhora das expectativas para o resultado primário se torna mais relevante quando se analisa o Monitoramento dos Gastos da União com Covid-19 no portal Tesouro Transparente. Até o dia 17 de setembro o volume autorizado de despesas para o combate à pandemia em 2021 era de R\$ 135,6 bilhões, já tendo sido pagos R\$ 89,9 bilhões. Com um déficit primário acumulado até agosto de R\$ 83,3 bilhões, consolida-se a percepção de que, tanto no resultado realizado, como na previsão para o fechamento do ano, desconsiderando-se os gastos extraordinários de combate à pandemia, o Brasil poderia estar perto de zerar o déficit primário em 2021, ou mesmo ter um pequeno superávit.

Vários sinais emergem dessa constatação. Primeiramente, é importante notar que o país está combatendo de maneira eficaz, com despesas mais focalizadas, os efeitos da pandemia. Ao passo que em 2020 os chamados “gastos covid” chegaram a 7% do PIB, para 2021 o volume autorizado está ao redor de 1,6% do PIB. Outro aspecto a se notar é o papel do teto de gastos como principal âncora fiscal num período de recuperação da receita. A diferença em relação ao período em que a âncora era a meta de resultado primário está no fato de que os ganhos de arrecadação não se convertem em novas despesas, mas em melhora efetiva do resultado primário e da trajetória de endividamento. Por fim, o cenário macroeconômico está permitindo que a regra do teto entregue a pretendida redução da despesa como proporção do PIB que se almejava desde a sua criação.

Este último aspecto em particular merece ser aprofundado. Num primeiro momento, após a sua aprovação em 2016, pode-se dizer que o teto de gastos foi importante para sinalizar aos agentes econômicos que o Brasil estava entrando num processo estrutural de consolidação fiscal pelo controle de suas despesas, virando a página de uma das piores crises econômicas de sua história, causada, em grande parte, pelo desequilíbrio das contas públicas.

Ao longo dos anos, um segundo aspecto positivo da regra do teto emergiu: o realismo orçamentário. Se em anos anteriores era simples alocar gastos num orçamento abastecido por projeções irrealistas de receita, a imposição de um limite de despesas passou a explicitar as escolhas políticas e a exigir um esforço de priorização. Com a redução considerável no volume de despesas discricionárias, a saída foi a aprovação de reformas importantes que ajustaram a trajetória das principais despesas obrigatórias. O exemplo mais expressivo foi a aprovação da Nova Previdência em 2019, mas também merecem destaque a Lei Complementar nº

173/2020, que vedou aumento nas despesas de pessoal por dois anos, e a Emenda Constitucional nº 109/2021 que, dentre outras coisas, aprimorou o acionamento dos gatilhos para a adoção de medidas de controle de despesas obrigatórias na União, como também criou gatilhos nos entes subnacionais.

Entretanto, foi em 2021, com a recuperação econômica e o bom desempenho das receitas, que o teto de gastos pôde exercer seu papel mais importante: o de controlar as despesas e evitar que ganhos de arrecadação se traduzam em maiores gastos. De fato, apesar da melhora nas receitas do Governo Central ao longo do ano, apresentadas neste RTN, as despesas devem terminar o ano próximas a 19% do PIB, menor valor desde 2014, conforme o mais recente Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, e 2022 abaixo do nível registrado no primeiro ano do mandato, segundo o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2022.

A recuperação da capacidade de geração de superávits primários no Brasil é uma necessidade premente, uma vez que o país, na comparação com seus pares, possui uma dívida em média mais alta e mais cara. Endereçar essa questão é um legado para as próximas gerações, ao reduzir o “crowding out” do Estado sobre a economia. E todo este arcabouço, em especial o papel estrutural do realismo orçamentário e da necessidade de priorização, é fundamental para que o Brasil mantenha a trajetória da consolidação fiscal, pois são ganhos institucionais que não se esvanecem com os ciclos da arrecadação.